

APESAR DA GRAVIDADE DA CRISE, FUNCEF MANTÉM ESTABILIDADE PATRIMONIAL



patrimônio evoluiu de R\$ 31,5 bilhões para R\$ 32,2 bilhões. A rentabilidade anual está em 3,6%, frente à meta atuarial de 8,91% - diferença negativa de 5,31%. A avaliação projetada para o final do exercício, feita pela Dirin, é de que essa diferença tende a ficar em patamar bem menos expressivo, podendo anular-se ou mesmo - numa perspectiva bastante otimista quanto ao cenário atual - tornar-se ligeiramente positiva.

O patrimônio da Funcef tem a seguinte composição: R\$ 17.915.368.491,00 em renda fixa (55,56% do total); R\$ 10.991.023.014,00 em renda variável (34,15%); R\$ 1.996.785.114,00 em investimentos imobiliários (6,20%); R\$ 1.232.994.908,00 em operações com participantes (3,83%); e R\$ 52.101.035,00 em outras realizações (0,16%).

A carteira imobiliária apresentou rentabilidade de 9,98% até agosto, o segmento com participantes atingiu 10,55% no mesmo período e a carteira de renda fixa apresenta tendência de fechar o exercício com rentabilidade semelhante à atuarial.

Como a mais forte consequência da crise econômica internacional ocorre no mercado de ações, a carteira de renda variável tem sido diretamente afetada, ficando negativa em 5,62% no fechamento do balancete de agosto, frente à variação de 12,11% da Bovespa no mesmo período.

De janeiro a agosto deste ano, o pa-

Wagner Pinheiro: Petros não terá perdas



O presidente Wagner Pinheiro falou sobre a chamada crise americana e da estratégia de investimentos da Petros. A reportagem foi ao ar em 07 de outubro, na versão brasileira da emissora norte-americana, voltada para o tema econômico. A respeito da crise, com a consequente queda das bolsas de valores, Pinheiro explicou que a Fundação não terá perdas, pois adota estratégias de longo prazo em sua carteira de investimentos.

Segundo Pinheiro, para os investidores de longo prazo, a exemplo dos fundos de pensão, essa queda forte no Ibovespa pode ser oportuna. "É favorável para iniciar um movimento de compra, que não deve ser abrupto, mas deve ser continuado, aproveitando bons preços de ações de empresas sólidas - que são diversas no Brasil - e que vão, com certeza, rentabilizar muito acima da taxa de juros ao logo de 10, 20 e 30 anos".

Ainda conforme avaliação do executivo, a crise atual é uma combinação de pânico dos investidores, da piora dos fundamentos econômicos no mercado internacional e da saída de capital do país para cobrir perdas das empresas no exterior.

Previ amarga prejuízo de R\$ 10 bilhões

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) com a atual crise financeira apresenta uma exceção que não contaminou até o momento os demais fundos. Segundo a Abrapp (Associação de Entidades Fechadas de Previdência Complementar), o setor está preparado para enfrentar a desvalorização das ações, na média, aplica pouco na bolsa de valores. Atualmente a Previ, fundo que complementa as aposentadorias e as pensões dos funcionários do Banco do Brasil, tem 65% do patrimônio investido no mercado de renda variável (ações). A média dos fundos de pensão nacionais não passa de 37,7%, segundo a Abrapp. Com exceção da Previ, a média cai a 20%.

Pelos cálculos da Associação, no início de janeiro, os fundos de pensão tinham aplicados R\$ 160 bilhões em renda variável. Se for levada em consideração a queda acumulada no ano de 20,3% no IBrX-50, um dos índices que compõem a Bolsa de Valores de São Paulo, a perda chega a R\$ 32,5 bilhões. No entanto, o lucro de R\$ 25,4 bilhões em rendas fixas e outros ativos conforme os dados mais recentes divulgados pela entidade reduzem o prejuízo do setor para algo em torno de R\$ 7 bi. Como os ganhos com renda fixa até o final de setembro ainda não foram divulgados, as per-



das acumuladas podem ser mais baixas.

Mesmo respondendo pela maior parte das perdas do setor, a Previ alega que o prejuízo está restrito ao valor de mercado das ações e não será incorporado aos resultados do fundo. Segundo o diretor de Investimentos da Previ, Fábio Moser, "para a perda ser realizada, seria necessário vender as ações na queda, mas agora a gente tem de mantê-las até recuperarem o valor".

Programa Federal formará cuidadores de idosos

O Programa Nacional de Formação de Cuidadores de Idosos foi lançado em outubro pelo Ministério da Saúde e será oferecido por 36 escolas técnicas do Sistema Único de Saúde (SUS) em todo o país. O projeto, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social, tem como objetivo oferecer um olhar integral sobre o indivíduo, qualificando a atenção prestada às pessoas idosas. Até 2011, a meta é formar 65 mil cuidadores.

"Faremos uma política de fomento para que as escolas técnicas se articulem, principalmente, com as instituições filantrópicas e esses cuidadores possam ter na escola uma capacitação adequada. A partir disto, melhorar a atenção

prestada a esses idosos, muitos com dependência e em situações delicadas", ressaltou o coordenador da área técnica de saúde do idoso do Ministério da Saúde, José Luiz Telles.

A capacitação vai preparar os cuidadores para a identificação de riscos à saúde, como no momento da administração de medicamentos, riscos de acidente doméstico, diagnóstico de dificuldades e promoção da inserção social do idoso. O programa, com uma carga horária de 160 horas, é aberto a maiores de 18 anos com ensino fundamental completo. Um projeto-piloto desenvolvido nos últimos seis meses já formou 300 cuidadores, em seis escolas técnicas, nas cinco regiões do país.

Expectativa de vida do brasileiro aumenta 3,4 anos

Com o aumento da expectativa de vida e a queda da fecundidade, a tendência de envelhecimento da população brasileira se consolidou. O número de idosos aumentou 47,8% em uma década - de 1997 a 2007, o que representou um incremento bem superior ao crescimento da população do País, que aumentou, no mesmo período, 21,6%. Em dez anos, a expectativa de vida do brasileiro aumentou 3,4 anos, chegando a 72,7 anos em 2007. As mulheres continuam em situação mais favorável que os homens: a expectativa de vida delas subiu de 73,2, em 1997, para 76,5 anos, no ano passado. Já os homens saltaram de 65,5 anos para 69 anos, no período.

A pesquisa mostra ainda que o idoso também se tornou um dos pilares das famílias brasileiras. A contribuição deles representa mais da metade do total da renda domiciliar, sobretudo nas áreas mais carentes. Em média, eles arcam com 53% das despesas nos lares em que há pessoas com mais de 65 anos. No Nordeste rural, a força econômica dessa renda no orçamento familiar chega a 73%. Do total de ido-

sos, 74,7% vivem de aposentadoria, enquanto 22,5% ainda trabalham. Em 12,3 milhões de domicílios do País, ou 13,5%, há pelo menos um idoso.

"Envelhecer participando da sociedade é mais importante do que envelhecer com saúde", diagnostica Lúcia Cunha, pesquisadora do IBGE, comentando que o papel do idoso como chefe de família, em muitas situações, tira da pessoa a imagem de fardo, o que acaba "melhorando a auto-estima".

O Brasil, juntamente com os outros países dos Brics (Rússia, Índia, China e África do Sul), já responde por 40,6% da população mundial de idosos, segundo as Nações Unidas. O Brasil tem 20 milhões de idosos, enquanto o tamanho da terceira idade nos Brics é de 273 milhões de pessoas. Os idosos no Brasil representam 10,5% da população total, e 83% deles vivem nas cidades. São Paulo e Rio de Janeiro têm o maior número de idosos. A pesquisa identificou 2,7 milhões de idosos morando sozinhos em 2007, contra 1,5 milhão, em 1997. (*Journal do Comercio, 25/09, Recife*)

Inclusão

Para Telles, é necessário avaliar a capacidade que o indivíduo tem de interagir socialmente para estabelecer ações de promoção à saúde e de prevenção de doenças e agravos. "O fato de uma pessoa acima de 70 anos deixar de sair de casa deve ser encarado como um sinal de alerta. Nesses casos, é importante que se tenha uma posição pró-ativa de buscar a causa, que pode ser devido a incontinência urinária, por exemplo", alerta Telles. Com a investigação das causas, é possível evitar um conjunto de agravos à saúde.

O ministério tem uma política de

atenção à saúde do idoso desde 1999. Em 2006, foi publicada a atualização dessas diretrizes, em que foi priorizada a atenção diferenciada aos grupos de acamados, que vivem em instituições de longa permanência ou com doença incapacitantes, como Alzheimer.

Em junho 2008, foi lançado o Guia do Cuidador do Idoso. O manual traz noções práticas para profissionais e leigos. Foram impressos 30 mil exemplares distribuídos em todo o país, em capitais e municípios com mais de 500 mil habitantes, em todas as coordenações estaduais de saúde do idoso, escolas técnicas em saúde do SUS e ONGs.

Governo envia ao Congresso projeto para recriação da Previc



A Presidência da República enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 3.962/08, que recria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). A autarquia será vinculada ao Ministério da Previdência Social, dotada de autonomia administrativa e financeira, com patrimônio e quadro próprio de funcionários. Sucederá a Secretaria da Previdência Complementar (SPC) nas atividades de fiscalização e supervisão das entidades fechadas de previdência complementar e executará as políticas definidas pelo Ministério da Previdência Social para o setor.

Para o diretor de Planejamento e Controladoria da Funcef, Antonio Bráulio de Carvalho, "a autonomia administrativa e financeira concedida à Previc é necessária, em nome de maior estabilidade para o sistema de previdência complementar. O fato de ter quadro e orçamento próprios dará à autarquia maior poder de fiscalização e controle, o que interessa diretamente aos participantes". afirmou.

Segundo Antonio Bráulio, "o importante, neste caso, é que os participantes estejam preparados para exigir dessa nova superintendência mais eficiência no desempenho na fiscalização dos fundos de pensão", acrescentou.

Ele salientou que outros fatores positivos do projeto apresentado são a vinculação da autarquia ao Ministério da Previdência Social e a segregação das funções de controle e fiscalização, a cargo da Previc, e de regulação, a cargo do CNPC. E ressaltou: "O projeto de lei poderá sofrer alterações durante a sua tramitação no Congresso, momento esse que exigirá a mobilização das entidades

representativas na busca de garantir a permanência dos participantes na instância de regulação e apresentar aperfeiçoamentos à proposta".

A Previc contará com uma estrutura formada por auditores fiscais cedidos pelo ministério, além dos mais de 300 funcionários do quadro próprio - especialistas em previdência complementar, procuradores, analistas e técnicos administrativos -, todos contratados por concurso público. Será dirigida, em sistema colegiado, por um diretor-superintendente e cinco diretores, os quais serão indicados pelo ministro da Previdência Social e nomeados pelo presidente da República. A estrutura será sustentada por dotação orçamentária da União, mas sua principal receita advirá da cobrança de taxa de fiscalização (Tafic).

O diretor de Planejamento e Controladoria da Funcef explica que a Tafic será cobrada das entidades fechadas de previdência complementar, de maneira proporcional aos recursos garantidores de cada plano. A taxa será paga trimestralmente e variará de R\$ 15,00, para o plano com recursos garantidores de até R\$ 5 milhões, até R\$ 2,8 milhões, para planos com recursos garantidores superiores a R\$ 60 bilhões. Conterá, ainda, com dotação orçamentária estabelecida no Orçamento Geral da União.

Antonio Bráulio de Carvalho adianta ainda que pelo projeto "será instituído o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), que sucederá o CGPC, com a função de órgão regulador das atividades das entidades fechadas de previdência complementar". Este conselho, segundo ele, será composto pelo ministro da Previdência Social, pelo diretor-superintendente da Previc, por um representante de cada um dos órgãos: SPC, Secretaria da Previdência Social, Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento; contará, ainda, com um representante dos patrocinadores, um dos instituidores, um das entidades fechadas e um dos participantes e assistidos. "A Anapar continuará indicando o representante dos participantes e assistidos", frisa.

Será criada uma câmara de recursos, no âmbito do CNPC, cuja atribuição será julgar os recursos interpostos a decisões e penalidades aplicadas pela Previc.